

GRUPO DE TRABALHO COMEÇA A DISCUTIR MUDANÇAS EM CONTRATO DOCENTE

Um grupo de trabalho formado pela Fundação São Paulo e reitoria começa nesta semana a discutir possíveis mudanças no contrato docente.

A APROPUC também foi convidada a participar do grupo, porém condicionou a sua participação à aprovação dos professores que se reunirão em assembleia nesta quinta-feira, 07/8. No entanto a entidade deverá estar presente na primeira reunião do grupo, na condição de observadora, levando o posicionamento dos docentes.

A convocatória da Fundação São Paulo que instaurou o grupo trás uma séria constatação ao admitir que uma das ra-

zões que a levou à convocação do grupo são os valores da folha de pagamento docente.

A APROPUC entende que as conquistas referentes ao contrato de trabalho por tempo devem ser preservadas para que não se avilte mais ainda o contrato docente (ver matéria na página 2).

Por outro lado, causou também preocupação à entidade a informação de que professores que trabalharam em fevereiro quando ainda não havia a confirmação dos números da matrícula financeira, ainda não receberam (ver nota na página 2) e este deverá também ser um ponto da assembleia dos docentes.

ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES

7/8

quinta-feira

18h

Sala 100

Prédio Novo

- ✓ Participação da APROPUC no processo de mudança dos contratos docentes
- ✓ Não pagamento de horas docentes trabalhadas em fevereiro

Inquisição nunca mais

A Apropuc repudia veementemente a decisão da Reitoria de instaurar processo de sindicância contra os professores Jonnefer Francisco Barbosa, Yolanda Gloria Gamboa Muñoz e Peter Pál Pelbart, do Departamento de Filosofia, por suposta participação em manifestação ocorrida, no Pátio da Cruz, em 27 de novembro de 2012.

Naquela data toda a Universidade estava em greve de protesto por não aceitar a nomeação imposta de uma reitora que tinha sido rejeitada pelas urnas. Naqueles dias milhares de estudantes, professores e funcionários participaram de inúmeras manifestações e atividades – na defesa da democracia e em respeito à história e ao nome da PUC-SP.

Agora, quase dois anos depois, a reitora biônica, cuja legitimidade continua sendo contestada, aprova a inaceitável e brutal perseguição contra três professores, que, assim como tantos outros assumiram em 2012 a defesa coletiva da Universidade. Agora, a decisão da Reitoria, determinada pelo Grão Chanceler da PUC-SP, atenta contra

os valores mais sagrados da instituição, como a liberdade de expressão, a liberdade de manifestação e a liberdade de cátedra, além de ferir profundamente a autonomia universitária.

Só mesmo com inspiração na maldita Inquisição é que pseudoautoridades universitárias tenham decidido disseminar o ódio e desencadear uma verdadeira caça às bruxas em pleno século 21. O ato da Reitoria, encomendado pelo Grão Chanceler, representa uma vergonha para toda a comunidade da PUC-SP perante a sociedade.

A Apropuc conclama professores, estudantes e funcionários a se mobilizarem contra a perseguição aos professores Jonnefer, Gloria e Peter, e pela defesa das liberdades democráticas na Universidade. Chega de criminalização.

Diretoria da APROPUC

A importância do contrato de trabalho por tempo

A deliberação 65/78 consagrou na PUC-SP o contrato por tempo para os docentes, dividindo as jornadas em blocos de acordo com as horas trabalhadas e as atividades agregadas a cada atividade.

Este tipo de contrato constitui-se em uma conquista histórica, pois ele contempla além das aulas, preparação, planejamento, estudo, vida acadêmica (reuniões de depto e pedagógicas, elaboração de pareceres, orientações de IC, avaliação de alunos etc). Os três eixos básicos do trabalho universitário (pesquisa/ensino/extensão) estavam, de alguma forma preservados no contrato docente, bem como a pesquisa da capacitação. Graduação, Pós e Extensão tinham uma melhor articulação. Durante

anos o contrato de tempo adotado pela PUC-SP serviu como referência para as diversas instituições de ensino particulares.

Porém o contrato de trabalho por tempo vem sendo sistematicamente dilapidado pelas várias medidas que hoje fazem parte de nosso cotidiano. A isonomia salarial, que pressupunha salário igual para trabalho igual, foi substituída por tabelas salariais diferenciadas na qual os docentes que se enquadravam com todos os direitos na deliberação 65/78 hoje são considerados "em extinção". Foi criada uma segunda tabela em 2006, com valores inferiores aos praticados anteriormente e hoje os ingressantes se sujeitam a uma terceira tabela ainda mais rebaixada.

Por outro lado, a recém-

aprovada política de pesquisa da PUC-SP transfere boa parte desta atividade para fora do contrato de trabalho, diminuindo os ganhos do docente e aviltando seu compromisso com a universidade.

Por tudo isto a APRO-

PUC defende a preservação das conquistas históricas dos docentes da PUC-SP e vê com preocupação qualquer tentativa de mudança contratual alicerçada em parâmetros meramente financeiros.

Nota da APROPUC aos professores sobre pagamento de salários

Solicitamos que confirmem seus contratos no portal acadêmico quanto a: disciplinas a serem ministradas a partir de agosto, dia e horário de cada disciplina, número de horas e número de alunos matriculados.

Tal solicitação visa garantir a correção e acuidade das informações para o pagamento correto dos salários e evitar transtornos como os que ocorreram no

último semestre. A APROPUC enviou aos professores por e-mail a deliberação 03/2011 que apresenta a tabela com a relação aula/orientação/horas contratuais. Caso identifiquem incorreções, solicitamos que informem a respectiva chefia de departamento e a Apropuc e-mail apropuc@uol.com.br

Diretoria da Apropuc
João B. Teixeira da Silva

Ofício da APROPUC à Fundação São Paulo sobre pagamento de horas trabalhadas de professores

Vimos por meio deste solicitar reunião com urgência para discutir o pagamento pendente de professores da PUC-SP, referente ao mês de fevereiro.

Temos recebido informações de professores afirmando não terem ainda recebido as horas correspondentes ao trabalho desenvolvido no mês de fevereiro de 2014, a despeito de nosso ofício nº 017/2014, de 25 de março de 2014, e de nossas recorrentes solicitações para que realizássemos reunião para tratar do assunto. Sabemos que a questão ficou de ser avaliada individualmente e que

professores receberam seus atrasados em junho. Entretanto, restam casos pendentes.

Outro fator extremamente preocupante e que requer discussão é a decisão do CONSAD de 27/06/2014, que restringe a formação dos contratos docentes tendo como base a matrícula financeira dos alunos de Graduação e Pós-Graduação (stricto e lato sensu), pois mais uma vez penaliza os professores por uma questão administrativo-financeira que diz respeito à instituição.

Diante destas situações que afrontam a categoria

dos professores e, quanto ao pagamento devido, que configura clara irregularidade trabalhista, sobre o qual nosso Contrato Interno de Trabalho também trata em sua cláusula nº 11, vimos

solicitar agendamento de uma reunião para tratarmos destes assuntos.

João Batista Teixeira da Silva
Presidente da APROPUC

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Marcela Reis, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

No Consun, Padre Lancellotti pede posição da PUC-SP sobre crise em Gaza e criminalização de manifestantes

Em um Conselho Universitário (Consun) com poucas polêmicas, e que prometia terminar bem cedo, um conselheiro reclamou que provavelmente nem haveria tempo para o lanche, o representante da sociedade civil, padre Julio Lancellotti, pediu a fala e solicitou que a universidade se posicionasse sobre três temas: em primeiro lugar o conselheiro, analisando a situação internacional, entendia que seria importante que a PUC-SP se manifestasse publicamente sobre o extermínio que ocorre hoje na Faixa de Gaza. A manifestação poderia ser encaminhada à embaixada de Israel indicando que a PUC-SP se opõe ao massacre do povo palestino que vem ocorrendo hoje naquele território.

Em segundo lugar Padre Júlio também pediu um posicionamento da universidade repudiando as prisões políticas que vêm ocorrendo no país, sob o pretexto de punir manifestações violentas. Novamente o conselheiro mostrou sua preocupação, principalmente com os alunos da PUC-SP que têm participado destas manifestações e são injustamente criminalizados. Ainda segundo Lancellotti a polícia vem usando sofisticadíssimos métodos de repressão que identificam os participantes de manifestações através de imagens digitalizadas. Ele mesmo já foi abordado pelo aparato re-

pressivo, porém as autoridades informaram que não gostariam de prender padres, pois isto provocaria desgaste para a corporação.

Sobre a prisão de Fábio Hideki Harano, estudante e funcionário da USP, padre Júlio Lancellotti informou que ocorreu enquanto o estudante estava ao seu lado e não praticava nenhum ato de vandalismo. Hideki não é, como dizem as autoridades policiais, líder do movimento Black Bloc, inclusive porque o movimento, de origem anarquista, repete as formas convencionais de liderança.

Por fim, o conselheiro pediu que, durante a cerimônia de outorga do título de doutor honoris causa a Dom Pedro Casaldáliga, que ocorrerá em 17/9, no campus Ipiranga, sejam convidados representantes da sociedade civil e das pastorais sociais.

POLÊMICA

A manifestação gerou acirrada polêmica. Em relação ao posicionamento da universidade sobre a crise na Faixa de Gaza alguns conselheiros encaminharam para que fosse assumida uma posição em favor da "paz", sem que o documento tome partido de um dos lados envolvidos no confronto.

O padre e a professora Madalena Peixoto, da Faculdade de Educação, lembraram que os atos praticados pelo governo de Israel deixaram estarecida a opinião

pública mundial que, em sua maioria, vem se posicionando contra aqueles dirigentes.

"Que tipo de paz nós queremos?", indagou Lancellotti. "Subjugar o povo palestino, como o governo israelense vem fazendo, não é paz, é submissão".

Quanto à ação policial contra os manifestantes sociais também foram levantadas algumas objeções, quanto ao método usado por estes manifestantes e quanto a uma tomada de posição partidária por parte da PUC-SP.

Para encaminhar uma melhor solução foi aprovada uma comissão, formada pelo padre Julio Lancellotti, Madalena Peixoto e pela representante administrativa Maria Aparecida Alves de Souza, a Pary, que irá elaborar um documento a ser divulgado como a posição do Conselho Universitário sobre as questões levantadas.

Sobre a presença da sociedade civil no evento de outorga de título a Dom Pedro Casaldáliga, a professora Anna Cintra afirmou que a solenidade estará aberta à participação de todos.

OUTROS ASSUNTOS

Também na sessão ordinária do Consun foi aprovada a formação da cátedra Michel Foucault, que recebeu parecer positivo do diretor da Faculdade de Teologia, padre Valeriano.

O diretor da Faculdade

de Filosofia, Comunicação, Letras e Arte (Faficla) leu uma nota emanada do Conselho de Faculdade daquela unidade, que informava sobre o acatamento integral e homologação da decisão do último Consun sobre o curso realizado pelo programa de pós em Semiótica. Porém, a nota ressalta que os procedimentos adotados pela Faficla durante o processo seguiram estritamente as normas estabelecidas nos estatutos e regimento da universidade.

Também foi relatada nos informes a situação do campus Barueri da PUC-SP. Segundo a professora Anna Cintra houve uma comunicação formal da prefeitura do município à PUC-SP e ficou estabelecido que a universidade terá prazo para permanecer no campus até o ano de 2015. Se os alunos que estão matriculados nos cursos oferecidos desejarem ser transferidos para outro campus da PUC-SP isto ocorrerá normalmente.

Outro tema que mereceu destaque foi a votação das modificações sugeridas pela Pós-Graduação em Serviço Social. A professora Madalena Peixoto elaborou um extenso relatório no qual ressaltava a excelência do programa e aceitava as modificações propostas pelos seus professores. A pró-reitora de pós-graduação, Maria Amália Andery, porém, solicitou vistas do processo para verificar se o mesmo está de acordo com as novas normas implantadas no setor de pós-graduação.

Professores de Filosofia sofrem processo de investigação

A Reitoria nomeada da PUC-SP instaurou um processo de investigação preliminar contra os professores Jonnefer Barbosa, Yolanda Gloria Gamboa Muñoz e Peter Pál Pelbart, do Departamento de Filosofia, da Faficla, para apurar irregularidades supostamente praticadas pelos docentes quando da apresentação do diretor e ator teatral José Celso Martinez Corrêa no Pátio da Cruz, durante os protestos contra a indicação da professora Anna Marques Cintra, última colocada na eleição para reitoria, para reitora da PUC-SP.

O ato da reitoria qualifica a manifestação de José Celso como um "desrespeito às pessoas da comunidade universitária, notadamente o Grão Chanceler da PUC-SP, Dom Odilo Scherer, ao então papa Bento XVI e igualmente às disposições legais da universidade de quando, na condição de docentes, contribuíram para a desordem e atos de indis-

ciplina que ali se verificaram".

Os professores foram identificados na manifestação através de um vídeo disponibilizado no Youtube e a investigação preliminar deverá apurar se "a participação dos referidos docentes teria consistido na idealização da encenação em nossa universidade, na sugestão da temática da peça a seu diretor, bem como na formulação do convite àquela trupe de artistas".

Esta última afirmação foi negada pelo artista, em reportagem publicada pela Folha de S.Paulo em 30/7. Nessa matéria Zé Celso afirma: "foram os alunos que me chamaram. Estão querendo cassar os professores. Isso é um absurdo. Não é uma igreja, é uma universidade laica. Dom Odilo deve estar irritado porque não foi nomeado papa. Por isso o papelão".

A Comissão investigatória é formada pelos professores Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho (presiden-

te sugerido), professor Alfonso Presti e pela funcionária Luciana Carnicelli Herbest. As oitivas já estão transcorrendo tendo sido convocados para depor além dos professores citados outros docentes que poderiam elucidar os fatos. O diretor Zé Celso, que já foi aluno de Filosofia da PUC-SP, foi convidado a depor no dia 1/8, porém o horário solicitado, 10h, não poderia ser cumprido pelo diretor que alega acordar tarde em virtude de suas atividades. Caso a Comissão Investigatória encontre indícios que comprovem as suas suposições deverá ocorrer um processo administrativo que poderá terminar em advertência ou até mesmo demissão da universidade.

PENALIZAÇÃO

A PUC-SP tornou-se um grande tribunal da inquisição nos últimos dois anos. A diretora da APRO-

PUC, professora Bia Abramides, sofreu processo sindicante pela sua participação nas manifestações contrárias à nomeação da professora Anna Cintra. Igualmente alguns alunos foram ouvidos pela sua participação nos atos. Após a vinda de Zé Celso à PUC-SP, setores da Igreja, notadamente o Grão Chanceler Dom Odilo Scherer, procuram perseguir aqueles que tiveram algum tipo de participação no ato. O enquadramento dos três professores de Filosofia por um suposto envolvimento com o evento não é o primeiro a acontecer e Dom Odilo pediu, em entrevista, que sejam responsabilizados todos aqueles que participaram do ato. A PUC-SP, que hoje orgulha-se em abrigar uma Comissão da Verdade, que apura os delitos ocorridos durante a ditadura militar, tem que conviver com a perseguição indiscriminada de sua comunidade, em um verdadeiro clima de terror espalhado pelos seus diversos campi.

SAAESP continua conferindo os valores dos quinquênios de funcionários

Os funcionários obtiveram na justiça ganho de causa sobre os quinquênios pagos pela PUC-SP e que foram denunciados pela Fundação São Paulo em 2006. A Fundação São Paulo passou a pagar a partir de abril os quinquênios atrasados. Porém restam ser pagos os valores referentes ao período de 2006 a abril de 2014.

A Fundação São Paulo

já informou no processo as datas e valores referentes a cada funcionário e o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar em São Paulo está procedendo a uma conferência e deverá, juntamente com a AFAPUC, convocar uma assembleia proximamente.

COLÔNIA DE FÉRIAS

A AFAPUC realizará entre os dias 21 e 24/8 o

seu tradicional passeio à Colônia de Férias do SAAESP em comemoração ao aniversário da PUC-SP. O passeio terá início às 21h de quinta-feira (21/8), com retorno previsto para 24/8, às 17h.

Os associados à AFA-PUC e ao SAAESP, bem como seus dependentes (filhos e cônjuges), pagarão a quantia de R\$ 114, enquanto que os convi-

dados pagarão R\$ 228. Crianças até cinco anos não pagam e os valores descritos poderão ser descontados em três vezes na folha de pagamento.

As inscrições estarão abertas até o dia 5/8, das 9h às 17h na sede da AFAPUC, Rua João Ramalho, 182, 7º andar. Maiores informações pelo telefone (11) 3670-3391.

FALA COMUNIDADE

Apartheid produz a chacina em Gaza

José Arbex Jr.

John Kerry, secretário de Estado dos Estados Unidos, apóia terroristas. A ONU não deveria se meter onde não é chamada. O Brasil é um anão irrelevante no mundo da diplomacia. À primeira vista, são apenas frases disparatadas, "repletas de sons e fúria, sem sentido algum", emitidas por algum maluco ou megalomaniaco bêbado. De fato, são reações do governo israelense e de seus porta-vozes a críticas feitas à chacina de milhares de crianças, mulheres e homens inocentes de Gaza.

A chacina de Gaza, cuja contrapartida é a arrogância sem limites de Benjamin Netanyahu e seus asseclas, revela finalmente, aos olhos do mundo, a verdadeira natureza do estado israelense. É um estado baseado no sistema de apartheid, em que os milhões de árabes palestinos que vivem nos territórios ilegalmente ocupados e/ou mantidos sob cerco militar por Israel são humilhados e tratados como animais. Em Gaza, hospitais, escolas e instalações da ONU são alvo de bombardeio indiscriminado, assim como a estrutura civil (incluindo a rede de distribuição elétrica). As evidências se acumulam.

A prática do apartheid é um resultado direto do fato de que o estado de Israel recusa aos palestinos da Cisjordânia e de Gaza o seu direito a uma vida digna e decente num estado que reconheça, preserve e garanta a sua plena cidadania. Em vez disso, Israel fez de Gaza o maior

campo de concentração do planeta (controla e não raro impede até mesmo a entrada de alimentos e remédios) e perpetua a ocupação ilegal da Cisjordânia (onde multiplica a instalação de novos assentamentos ilegais, apesar de sucessivas condenações da ONU e de advertências feitas até mesmo pelo seu fiel guardião Washington).

Um dos primeiros a prever que Israel trilharia o caminho do apartheid foi um líder polí-

ocasiões distintas, incluindo, por exemplo, Alon Liel, ex-embaixador israelense na África do Sul, e os ex-primeiros-ministros Ehud Barak e Ehud Olmert (as citações podem ser facilmente encontradas na Internet).

Participa da lista também o ex-procurador geral de Israel Michael Ben-Yair, que faz uma descri-

estabelecido um regime de apartheid nos territórios ocupados imediatamente após a sua captura. Esse regime opressivo existe até hoje."

Mas, se porta-vozes importantes da esfera política e da sociedade civil israelense verbalizam abertamente a crítica ao apartheid - seja por princípios éticos ou por considerações de natureza estratégica, não importam os motivos -, como explicar, então, o apoio da sociedade à política conduzida pela gangue de malfeitores capitaneada por Netanyahu?

Em primeiro lugar, existe o clima de pânico permanente, artificialmente impingido à população israelense pelo próprio governo, que agita o espectro do inimigo cruel e onipresente. Como os foguetes do Hamas são, convenhamos, artefatos rudimentares, incapazes de, por si sós, provocarem o pânico desejado, e como não sobrou nenhuma ditadura árabe capaz de assumir o lugar de Agente do Armagedon, o governo israelense mantém inflada a fábula do suposto programa de armamento nuclear do Irã, de quem o Hamas seria um marionete. A mesma síndrome de pânico, por exemplo, foi alimentada e manipulada pela Casa Branca, em 2003, para atacar a ditadura de Saddam Hussein, a pretexto de acabar com o seu arsenal de "armas

A chacina de Gaza, cuja contrapartida é a arrogância sem limites de Benjamin Netanyahu e seus asseclas, revela finalmente, aos olhos do mundo, a verdadeira natureza do estado israelense. É um estado baseado no sistema de apartheid, em que os milhões de árabes palestinos que vivem nos territórios ilegalmente ocupados e/ou mantidos sob cerco militar por Israel são humilhados e tratados como animais.

tico conhecido como antissemita furioso, notório por seu ódio a Israel e aos judeus: Ben Gurion. Durante uma famosa entrevista concedida a uma emissora de rádio, em 1967, logo após o término da Guerra dos Seis Dias, Gurion declarou: "Será melhor para Israel se livrar dos territórios [ocupados de Cisjordânia e Gaza] e de sua população árabe o mais rápido possível. Caso contrário, Israel se tornará rapidamente num estado de tipo apartheid." Outros furiosos antissemitas fizeram análises semelhantes, em

ção bem clara do sistema: "[Em 1967] nós, entusiasmaticamente, escolhemos nos tornar uma sociedade colonial, ignorando tratados internacionais, expropriando terras, transferindo colonos de Israel aos territórios ocupados, praticando o roubo e encontrando justificativa para todas essas atividades. Apaixonadamente desejando manter os territórios ocupados, desenvolvemos dois sistemas judiciais: um - progressista, liberal - em Israel; e o outro - cruel, injurioso - nos territórios ocupados. Com efeito, foi

continua na próxima página

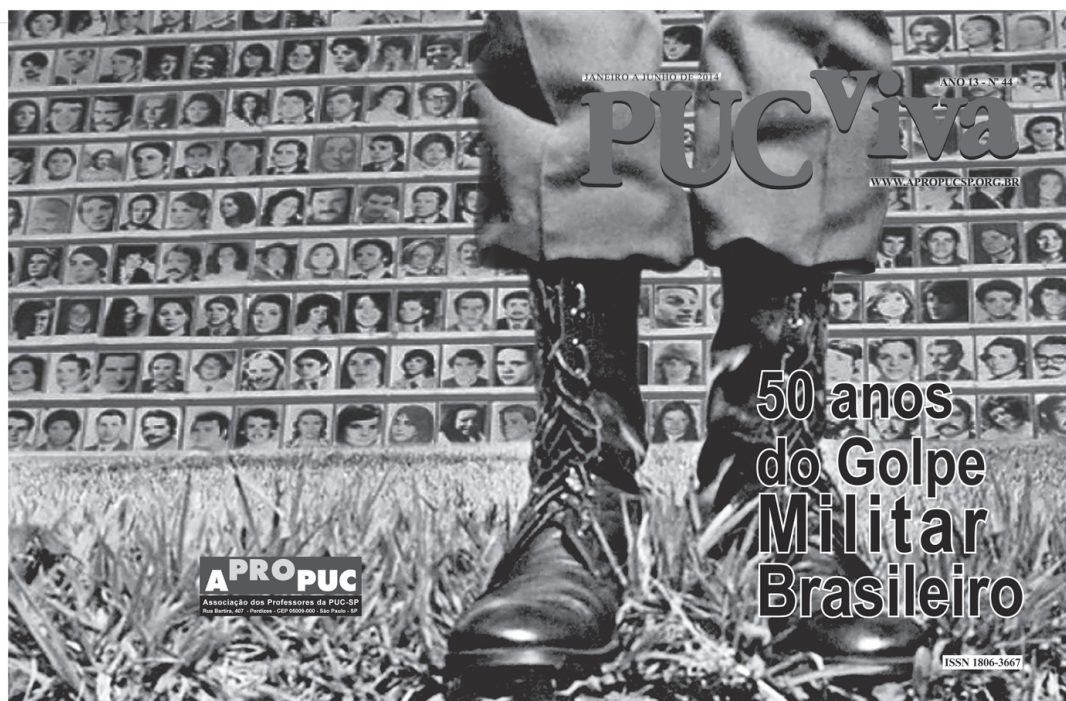
de destruição em massa" que, claro, nunca existiu.

Em segundo lugar, a situação de apartheid é cômoda e lucrativa para uma boa parte da classe média israelense. Por exemplo, árabes palestinos que moram nos territórios ocupados só conseguem encontrar emprego em Israel, dada a situação de miséria em que vivem. Dependem, por isso, de salvo-conduto oferecido pelos seus empregadores, para passarem os postos de fronteira. Só que os salvos-condutos só serão assinados se os empregados palestinos aceitarem os salários oferecidos pelos empregadores israelenses que, assim, têm a faca e o queijo nas mãos para explorar ao máximo o valor da mão de obra.

Além disso, Gaza e Cisjordânia sofrem contínuos cortes de água, artigo raro na região, enquanto são construídas piscinas nos assentamentos israelenses ilegais. Se, repentinamente, os milhões de palestinos tivessem garantido os mesmos direitos de acesso à água, os israelenses teriam que conviver com a realidade da escassez. E, por fim, Gaza oferece um atrativo suplementar: seu subsolo é riquíssimo em gás, com reservas estimadas em pelo menos 5 bilhões de dólares.

O silêncio conivente - quanto não o apoio entusiástico - da classe média permite a continuidade do apartheid, que alimenta a revolta dos palestinos. Os foguetes lançados pelo Hamas participam do círculo vicioso de provocações e ataques que, por sua vez, aumenta o pânico e a ira dos dois lados, abrindo a via para novas aventuras sangrentas de Netanyahu. As vozes que pedem o diálogo são sufocadas pelas explosões. É simples - e trágico - assim.

José Arbex Jr. é professor do departamento de Jornalismo da PUC-SP



Revista da APROPUC discute 50 anos do Golpe Militar

A revista PUCviva nº 44, que começará a ser distribuída nos próximos dias tem como tema central os 50 anos do golpe de 1964. No editorial da publicação a editora geral da revista, professora Beatriz Abramides, afirma que os textos ali apresentados, escritos por professores e estudantes da PUC-SP e de outras instituições de ensino, sobretudo procuram recuperar a trajetória de lutas de resistência da classe trabalhadora contra a ditadura, o capitalismo e o imperialismo, na perspectiva da emancipação humana.

O professor da USP Osvaldo Coggiola abre a publicação com um artigo onde analisa o ciclo de ditaduras na América do Sul. Já o professor aposentado da PUC-SP Erson Martins de Oliveira traça um balanço histórico dos 50 anos do golpe militar. A jornalista Soraya Misleh, mestre em Letras pela Universidade de São Paulo, analisa como o golpe de 1964 se prestou a defender os in-

teresses das classes dominantes brasileiras.

Caio Navarro de Toledo, professor aposentado da Unicamp, procura investigar como o golpe caracterizou-se como um movimento contra a democracia e as reformas que estavam em gestação naquele momento. A professora Bia Abramides, que além de editora também publicou um artigo, detém sua análise sobre o emblemático ano de 1968, quando o movimento estudantil desempenhou um papel fundamental na luta contra o regime. A professora numa justa homenagem dedica o seu artigo à professora Maria Tereza Serio, a Teia, militante como Bia e que lecionou na PUC-SP até 2010, quando veio a falecer.

O movimento estudantil também é analisado por Gislene Edwiges de Lacerda, mestre em história pela UFJF, sob a perspectiva da transição democrática brasileira. Já Milton Pinheiro, professor da Universidade do Estado da Bahia, revê a conjuntu-

ra política no imediato pós-golpe de 64. A cobertura do golpe militar efetuada pelos jornais Folha e Estado de S.Paulo é pesquisada por Luiz Antonio Dias, professor do departamento de História da PUC-SP. Luciana Ribeiro, mestranda em Serviço Social pela PUC-SP, vê a emergência da segunda onda do feminismo brasileiro durante o regime militar. Um balanço sobre a homossexualidade naquele período é feito pelo assistente social Renato Tadeu Veroneze. Finalizando a edição Heloisa de Faria Cruz, professora do Programa de Pós em História da PUC-SP, analisa o papel da memória durante a ditadura, utilizando-se do material do Cedic/PUC-SP.

O lançamento da revista PUCviva está previsto para 20/8. Nos próximos meses a APROPUC também disponibilizará para os seus associados a sua publicação Cultura Crítica que discorrerá sobre as diversas manifestações culturais sob o regime militar.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Comitê contra a criminalização dos movimentos sociais nasce na PUC-SP

Na quinta-feira, 31/7, às 18h30, aconteceu na APROPUC, a primeira reunião do Comitê contra a criminalização dos movimentos sociais. Essa proposta surgiu devido à necessidade de ações concretas para denunciar tais criminalizações, dentro e fora da PUC.

A ideia da formação do Comitê começou a ser discutida depois da prisão e tortura do estudante de Direito da PUC-SP Murilo Magalhães, no dia 9/6, pela participação de um ato dos metroviários. A formalização se tornou essencial nas últimas semanas, já que a reitoria da Universidade abriu uma investigação aos professores Jonnefer Barbosa, Yaolanda Gloria Gamboa Muñoz e Peter Pál Pelbart, acusados de participarem e idealizarem o ato encenado por José Celso Martínez Corrêa no Pátio da Cruz, em novem-

bro de 2012.

A reunião, que tinha cerca de 50 pessoas, foi dirigida pelos representantes da APROPUC Hamilton Octavio de Souza e Bia Abramides e contou com a presença de representantes dos Centros Acadêmicos, de Coletivos Feministas, indígenas, do coletivo RUA - Juventude Anticapitalista, do coletivo Estopim, da Conlutas (Central Sindical Popular), da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e dos partidos PSOL e PSTU.

Alguns encaminhamentos foram tirados dessa primeira reunião, que começou a estruturar o Comitê permanente. Dentre elas: nota de solidariedade pela demarcação das terras tupinambás; traçar unidades com movimentos como MPL (Movimento Passe Livre), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem

Terra) e Comitê pela desmilitarização da Polícia Militar, comissão para acompanhar e ir nas atividades dos movimentos sociais; proposta de um Fórum de Lutas; fazer um manifesto para denunciar a criminalização e apresentar o Comitê; mobilização contra o processo dos três professores da PUC-SP.

Além disso, o Comitê irá articular um ato-debate puxado pelo Centro Acadêmico 22 de Agosto - Gestão Construção Coletiva, que provavelmente acontecerá no dia 21/8. A comissão que foi tirada para organizar essa atividade fará uma reunião na terça-feira, 5/8, às 18h, na APROPUC. Representantes do Comitê estarão presentes na assembleia dos metroviários, na Sé, no dia 01/8 e na audiência pública na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), no dia 12/8.

Habeas corpus é concedido a presos políticos no Rio de Janeiro

O desembargador Siro Darlan, da 7ª Câmara Criminal, concedeu, na quarta-feira, 23/7, habeas corpus a 23 perseguidos políticos no Rio de Janeiro, presos para prevenir ações que pudessem perturbar a ordem pública no dia da decisão da Copa do Mundo. Dentre eles, Elisa de Quadros (Sininho), Camila e Igor Pereira foram soltos do complexo penitenciário Gericinó, em Bangú. O desembargador defendeu que não existem motivos que justifiquem as prisões e, portanto, estas foram ilegais. O inquérito de mais de duas mil páginas, produzido pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, que incrimina esses 23 ativas, aponta o filósofo anarquista Mikhail Bakunin, morto em 1876, como um dos suspeitos. Ele foi citado por um manifestante em uma mensagem interceptada pela polícia e passou a ser considerado um "potencial suspeito".

Já a prisão do estudante e funcionário da USP Fábio Hideki Harano, acusado de ser um dos líderes da tática black bloc, completa mais de um mês. O ativista foi preso arbitrariamente no dia 24/6, após um protesto, reforçando que tanto nesse caso, quanto no caso dos manifestantes presos no Rio, os direitos individuais e de livre manifestação foram usurpados.

Na quarta-feira, 30/7, centenas de pessoas participaram de um ato em São Paulo, que começou na Praça da Sé e terminou na Praça Roosevelt, pela libertação dos presos políticos e pelo direito de livre manifestação. O ato aconteceu também em Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Ministério Público contesta ações do MTST

O Ministério Público de São Paulo elaborou uma ação civil pública que incrimina atividades do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). Em princípio, o ato visa deslegitimar a ocupação Copa do Povo, que não foi contemplada pelo novo Plano Diretor da cidade, por outro lado, busca suspender o Programa Minha Casa Minha Vida em São Paulo, e

por último tenta impedir que a Prefeitura firme acordo com movimentos sociais. Na quinta-feira, 31/7, o MTST soltou uma nota se posicionando em relação à ação do Ministério Público.

Na quarta-feira, 30/7, o MTST fez um ato em prol da realização de obras de canalização do córrego Pirajussara, na região central de São Paulo.

Moradores de Taboão da Serra, Embu das Artes e São Paulo participaram do protesto, pois sofrem com o alagamento do córrego e destruição de casas na região. Desde o começo do ano o movimento se mobiliza por essa causa e agora quer que ações diretas sejam arquitetadas pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos.

ROLA NA RAMPA



JULIANA BRAMIDES

Peças expostas feitas com madeira, garrafas de plástico e outros materiais

Exposição com peças recicladas na biblioteca da PUC-SP

Até o dia 20/8, entre 9h e 21h, é possível conferir no saguão da Biblioteca Central da PUC-SP (campus Monte Alegre) as montagens da exposição "Expo-super-ação - marchetaria e reciclagem de materiais". A mostra é uma parceria entre o Projeto Intervenções e a Pró-reitoria de Cultura e Relações Comunitárias, com obras de artesãos ligados à Cooperacaacs, NEC, APV e ao Conjunto

Nacional. As peças são recicladas e reutilizadas a partir da coleta de pallets, plásticos, móveis danificados e descartados e sobras de lâminas de madeira, entre outros materiais. O projeto é liderado por Augustinho das Neves e Fernando Vieira da Silva, além de Vilma Peramezza, superintendente do Conjunto Nacional e presidente do Conselho da Associação Paulista Viva.

PUC Júnior realiza Semana Financeira

A PUC Júnior Consultoria, empresa júnior da FEA PUC-SP, realiza nos dias 4, 5 e 6/8 a Semana Financeira no campus Monte Alegre. O evento visa informar os alunos da faculdade a respeito do Mer-

cado Financeiro Global por meio de workshops, palestras, debates e dinâmicas. Para mais informações, acesse a página da empresa no Facebook em www.facebook.com/Pucjuniorconsultoria.

Faculdade de Direito organiza 2º Enintau

Entre os dias 6 e 8/8 ocorre o 2º Encontro Internacional de Ambiente Urbano (Enintau), com o tema Cidade Resiliente. O evento, promovido pelo Grupo de Pesquisa em Meio Ambiente Urbano (GPMU) da Faculdade de Direito da PUC-SP, terá a participação de pesquisadores de formação nacional e internacional, que debaterão temas como ocupação desordenada das cidades, desastres naturais, eventos sazonais, mudan-

ças climáticas e meio ambiente urbano, conflitos hídricos, entre outros. Os espaços serão dirigidos a estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais, pesquisadores de áreas como Direito, Geografia, Economia, Geologia, Sociologia, Urbanismo, Engenharia e outras ligadas ao estudo do Meio Ambiente Urbano. Para mais informações, acesse o blog do evento em <http://enintau.blogspot.com.br>.

Programa de Inglês Oral tem abertura de vagas remanescentes

O curso de extensão "Inglês Oral", oferecido pela COGEAE da PUC-SP, que tem como foco principal o desenvolvimento da produção e compreensão orais na língua inglesa, que teve início de suas aulas no dia 2/8, terá novo processo seletivo para preenchimento das vagas remanescentes no dia 9/8. A seleção ocorrerá no campus Monte Alegre, sala 69, piso térreo do Prédio Novo, entre 10h e 12h. Neste semestre, se-

rão oferecidos os Níveis Introdutório, 1, 3 e 9, e também Conversação Avançada 1. As aulas acontecem aos sábados no campus Monte Alegre. Maiores informações sobre o curso pelo telefone 3124-9600 e nos links <http://www.pucsp.br/pos-graduacao/especializacao-e-mba/ingles-oral> e <http://www.pucsp.br/pos-graduacao/especializacao-e-mba/conversacao-avancada-em-ingles>.

Professor da Filosofia lança livro

O professor Marcelo Perine, do pós em Filosofia, lança o livro "Platão não estava doente" no dia 7/8 pela Editora Edições Loyola, a partir das 18h30 na Livraria Cortez (rua Bartira, 317). O livro aborda a ques-

tão entre a obra escrita e a existência de doutrinas platonianas não escritas, ligadas ao ensino oral na Academia que permite alcançar uma Verdade maior. O evento é aberto ao público.

Ato-debate repudia massacre em Gaza

No dia 11/8, militantes de diversos movimentos sociais e professores da USP se reúnem para debater a atual situação na Faixa de Gaza e repudiar o massacre contra a Palestina promovido por Israel. O ato contará com falas de Dirceu Travesso (CSP-Conlutas), Lincoln Secco (USP), Magno de Carvalho (Sintusp), Fabiana Marchetti (DCE Livre da USP), Sean Purdy (USP), Arlene Cle-

mesha (USP), Chico Miraglia (USP), Gilberto Maringoni (PSOL), Valter Pomar (PT), Valério Arcary (PSTU), Mauro Iasi (PCB), Jamil Haddad (PCdoB), Guilherme Boulos (MTST), Soraya Misleh (Instituto de Cultura Árabe), Jorge Luiz Souto Maior (professor da USP e Juiz do Trabalho). O debate será coordenado pelo professor da USP Osvaldo Coggiola no Anfiteatro da História (USP), às 19h.

PUC-SP contrata novos deficientes visuais e auditivos

Conforme informou no Consun o representante administrativo Paulo Colla a Divisão de Recursos Humanos visando cumprir as exigências legais e manter o caráter social da instituição, contratou mais 10 deficientes visuais e 23 auditivos, em uma parceria

com a Adeva (Associação de Deficientes Visuais e Amigos) e a Derdic. A exigência legal é que a instituição mantenha em seu quadro 5% de funcionários portadores de deficiência, o que, no caso da PUC-SP alcançaria 150 pessoas.